



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM  
CENTRO REGIONAL DE MANAUS  
COORDENAÇÃO TÉCNICA

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conexão dedicada ponto a ponto via fibra ótica na velocidade de 1.000 Mbps, com redundância automática, com fornecimento de equipamentos e gerência proativa para o Centro Regional de Manaus do Sistema Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), a fim de conectar este Centro Regional de Manaus, situado na Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, ao Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas PoP-AM/RNP, localizada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Avenida General Octávio Hamilton Botelho Mourão 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM.

1.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 14)**

**2.1. SERVIÇO QUE COMPÕE A SOLUÇÃO:**

Tabela 1 - Serviço que compõe a pretendida solução.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	Q
1	26476 - TRÁFEGO DE DADOS VIA CABO	Serviço de conexão dedicada ponto a ponto via fibra ótica na velocidade de 1.000 Mbps, com redundância automática, com fornecimento de equipamentos sob regime de comodato e gerência proativa para o Centro Regional de Manaus do Sistema Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), afim de conectar este Centro Regional de Manaus, situado na Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP 69041-010 – Manaus – AM ao Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas PoP-AM/RNP localizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Avenida General Octávio Hamilton Botelho Mourão 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM.	Mbps	1.

2.1.1. O código CATSER 26476 - TRÁFEGO DE DADOS VIA CABO, se encontra cadastrado e ativo no CATSER - TI - Estrutura do Catálogo de Serviços de TIC. Além disto, consta no portal de Paineis de Preços no seguinte link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/images/conteudo/ArquivosCGSIASG/Detailamento-dos-Servicos-do-CATSER-TIC.xlsx>.

**2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

2.2.1. As especificações constam no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

2.3. Classificação dos Serviços

2.3.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. A eventual interrupção do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades do CENSIPAM, motivo pelo qual a pretendida contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro. Desse modo o contrato terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses.

2.3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e preferencialmente na forma eletrônica de acordo com o Decreto no 10.024/2019, tendo suas características objetivamente definidas por padrões de desempenho e qualidade usuais praticadas no mercado.

2.3.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art. 3 do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

2.3.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.3.6. O circuito de dados deverá ser instalado conforme detalhamento a seguir:

- **Ponto A:** CENSIPAM CR-MN - Avenida do Turismo, 1350, Tarumã. Manaus - AM, CEP: 69041-010. Latitude/Longitude aproximadas: -3.023313,-60.055062
- **Ponto B:** RNP Pop-AM (UFAM) - Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas (POP-AM), situado na Universidade Federal do Amazonas, Avenida Octávio Hamilton Botelho Mourão, 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM. Latitude/Longitude aproximadas: -3.088188,-59.964813

2.3.7. Não será admitida a cobrança de taxas extras, devendo o fornecedor arcar com todos os custos relativos à instalação em cada um dos itens acima.

2.3.8. As especificações técnicas mais detalhadas constam no APÊNDICE I - Especificações Técnicas

2.3.9. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na Tabela 1 acima, alocados para aquisição na modalidade menor preço global, estabelecido de acordo com as especificações técnicas do item, detalhadas no APÊNDICE I - Especificações Técnicas.

**3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 15)**

**3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - (IN. 01/2019, Art. 15)**

3.1.1. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), órgão integrante do Ministério da Defesa, foi criado em 17 de abril de 2002 com objetivo de promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e Zona Econômica Exclusiva. Constitui-se por três Centros Regionais (CRs) localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG)

localizado em Brasília/DF, os quais proporcionam a cobertura global da área protegida pelo Sistema, para promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento.

3.1.2. O CENSIPAM celebrou por meio do TED - Termo de Execução Descentralizada Nº 07/CENSIPAM/2020 ID SEI 2949884 e do Plano de Trabalho ID SEI 2948828 a sua conectividade ao backbone da RNP - Rede Nacional de Pesquisa, por meio de enlaces de alta capacidade, provendo a análise técnica e implementação da infraestrutura de rede avançada aos sistemas de P&D do CENSIPAM. Estas ações, em conjunto com a RNP, terão como resultado a interligação e manutenção das unidades do CENSIPAM por meio das Redes Metropolitanas, ou enlaces contratados.

3.1.3. A participação na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), potencializará a estruturação da pesquisa de forma adequada, em ambientes temáticos, com estabelecimento de políticas; ampliação da abrangência do conhecimento; confiabilidade da rede; e proteção da disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações; requisitos primordiais contemplados nos objetivos estratégicos deste CENSIPAM, a saber, *desenvolver e fomentar PD&I na região amazônica; e ser um centro de excelência em sensoriamento remoto em apoio à gestão territorial e ambiental.*

3.1.4. Em complemento a celebração do TED, por razões técnicas, faz-se necessário contratar um link para acesso às redes metropolitanas, que promova a interligação entre o Centro Regional de Manaus do Sistema Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e o Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas PoP-AM.

3.1.5. Não será admitida a cobrança de taxa de instalação, devendo a Contratada arcar com todos os custos relativos à instalação nos pontos definidos na Tabela 1.

3.1.6. A Contratada deverá fornecer toda a infraestrutura (cabos óticos, posteamento — caso seja necessário, etc.) e equipamentos necessários, devidamente instalados, ao perfeito funcionamento da solução.

Tabela 2 — Solução a ser Contratada

Item	Tipo de Solução	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Observação
1	Conectividade de dados	Serviço de conexão dedicada ponto a ponto via fibra ótica na velocidade de 1.000 Mbps, com redundância automática, com fornecimento de equipamentos sob regime de comodato e gerência proativa para o Centro Regional de Manaus do Sistema Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), afim de conectar este Centro Regional de Manaus, situado na Avenida do Turismo, 1350, Tarumã ao Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas PoP-AM/RNP localizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Avenida General Octávio Hamilton Botelho Mourão 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM.	Mbps	1.000	<p><b>Ponto A:</b> CENSIPAM CR-MN</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Avenida do Turismo, 1350, Tarumã. Manaus - AM, CEP: 69041-010. Latitude/Longitude aproximadas: -3.023313,-60.055062</li></ul> <p><b>Ponto B:</b> RNP Pop-AM (UFAM)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas (POP-AM), situado na Universidade Federal do Amazonas, Avenida Octávio Hamilton Botelho Mourão, 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM. Latitude/Longitude aproximadas: -3.088188,-59.964813</li></ul>

3.1.7. É praxe de mercado que, ao se contratar os serviços de natureza semelhante ao objeto pretendido, que a Contratada forneça toda a infraestrutura (cabearamento, por exemplo) e equipamentos necessários, devidamente instalados, ao perfeito funcionamento da solução.

3.1.8. Por derradeiro, sublinha-se que trata-se de contratação premente e crítica, e que, caso não seja efetivada, impossibilitará a execução das atividades institucionais do CENSIPAM, bem como a completa operacionalização da Antena SAR já que a Antena SAR utilizará esse link a ser contratado para o compartilhamento de imagens com os Centros Regionais e o CCG.

3.2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS – (IN. 01/2019, Art. 15, INCISO I)

3.2.1. Os levantamentos realizados neste documento estão alinhados com os requisitos tecnológicos atualmente utilizados no CENSIPAM, estabelecendo uma relação de paridade com as necessidades/demandas.

3.2.2. As necessidades de negócio descritas nas Tabelas a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 3 - Alinhamento aos Planos Estratégicos da área (IN 01/2019 Art. 10, Inciso I)

Objetivo Estratégico	OE 01 - Fortalecer a percepção de valor do CENSIPAM pela sociedade.
Projeto Estratégico	IPE3 - Promover a conectividade na região amazônica e demais áreas de interesse do CENSIPAM.
Ação Estratégica	A2 - Promover a conectividade na região amazônica e demais áreas de interesse do CENSIPAM.

3.2.3. O Plano Estratégico do Censipam pode ser encontrado no link <http://intranet.sipam.gov.br/planejamento/planejamento-estrategico>.

3.2.4. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do Censipam pode se encontrado no link [https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-da-tecnologia-da-informacao-pdtic\\_2020-a-2023.pdf](https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-da-tecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf).

Tabela 4 - Alinhamento ao PDTIC Vigente (IN 01/2019, Art 10, Inciso I)

ID	Ação do PDTIC	Meta do PDTIC Associada
3	Conectividade nas localidades de interesse do Censipam: Conexão para transferência e coleta de dados da Internet, de satélite, de sensores e radares meteorológicos.	1.1. Disponibilidade dos serviços Internet
4	Manter funcionamento de infraestrutura básica de TI : Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento para servidores, virtualização, cluster, armazenamento, replicação, backup, cabearamento e ativos de Rede, contratação de serviços técnicos infraestrutura interna especializado	10.2 Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna

Tabela 5 - Alinhamento ao PAC 2023 (IN 01/2019, Art 10, Inciso I)

Item	Descrição
192/2023	Link Ponto-a-Ponto para conexão CR/MN PoP-AM para acesso a RNP

Tabela 6 - Alinhamento ao PTA/2023

Item	Descrição
------	-----------

3.3. ESTIMATIVA E JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

3.3.1. A demanda constitui de contratação de serviços de conectividade de dados para atendimento das necessidades funcionais do CENSIPAM CR-MN, bem como propiciar o completo atendimento às novas exigências de link de dados originados pelo Projeto Amazônia SAR, Antena EMBRAPA Ocidental CR-MN 60090.000063/2018-63.

3.3.2. A solução deve possuir velocidade nominal simétrica e dedicada de 1.000 Mbps, visando atender a demanda necessária para o desenvolvimento das atividades do CR-MN e o envio e recebimento dos dados gerados pelas antenas SAR aos seus respectivos centros de processamento e controle (CCG e CR-MN).

3.3.2.1. Em especial, destaca-se o Projeto Amazônia SAR, que demandará um maior tráfego de dados entre os Centros Regionais e o CCG já que as imagens baixadas pela Antena instalada na Embrapa (conforme tópico 3.3.1), demandarão um alto tráfego de dados para serem trafegados entre os Centros Regionais e o CCG devido ao seu tamanho e resolução.

3.3.2.2. Conforme documento SEI ID 2510670, em seu tópico 3.1 relata que o tamanho máximo para a passagem de um arquivo da referida antena é de cerca de 40000 MB, a figura 1 contém um exemplo do conjunto de dados baixados pela antena e seus respectivos tamanhos. Além dos dados gerados pela antena, serão adicionados ao tráfego os dados de monitoramento e overhead dos subsistemas do sítio das antenas. Desse modo, somente para atender aos requisitos de transmissão dos dados a serem recebidos pela Antena SAR para seus respectivos centros de processamento e controle situados no CRMN é necessário uma velocidade de 400 Mbps.

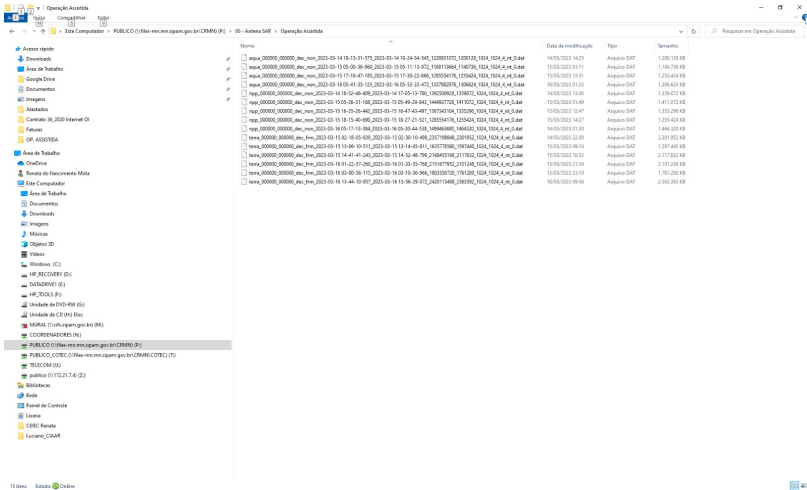


Figura 1 - Exemplo de conjunto de imagens baixadas pela Antena SAR.

3.3.3. Hoje, o CENSIPAM CR-MN possui um link de 400 Mbps com a empresa Oi conforme processo SEI 60091.000098/2020-15, o acesso à rede da RNP mediante a conexão de 1.000 Mbps permitirá também que o CENSIPAM CR-MN tenha um link de Internet de backup evitando assim a interrupção no acesso à Internet e contribuindo para a não interrupção dos serviços necessários ao trabalho diário neste Centro Regional.

3.3.4. Desse modo, temos que a soma das duas soluções, que serão beneficiadas por essa conexão de 1.000 Mbps com a RNP, é de 800 Mbps. Adiciona-se a essa velocidade um "gap" para salvaguardar possíveis gargalos quando essas duas conexões existentes estiverem em seus picos de consumo fazendo-se necessária a contratação do link de interconexão entre o CR-MN e a RNP POP-AM (UFAM) com a velocidade de 1.000 Mbps

3.4. Parcelamento da Solução de TIC (IN.01/2019, Art. 12, §2o, INCISO I)

3.4.1. Orientação do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a formação de grupos (lotes) deve ser precedida de forte justificativa:

- “9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3o, § 1o, I, 15, IV e 23, §§ 1o e 2o, todos da Lei 8.666/1993; (...)
- 9.3.4. a pesquisa de mercado, prevista no art. 7o, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes, definidos no Pregão SRP 96/2012;”(grifou-se)
- (...)
- “29. A jurisprudência desta Casa, consubstanciada na Súmula TCU 247, é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes, compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor: (...)”

3.4.2. Tendo em vista as características da solução e levando em conta o mercado que a fornece, é tecnicamente inviável dividir a solução. Assim, a solução é composta por um item único.

3.4.3. Os quantitativos e respectivo código do item são os discriminados na Tabela 1, alocados para aquisição na modalidade menor preço global do item, estabelecidos de acordo com as especificações técnicas dos itens, detalhadas no APÊNDICE I - Especificações Técnicas.

3.4.3.1. Destaca-se que tal solução já é amplamente utilizada no âmbito público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório a este Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

3.5. PERMISSÃO DE CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO (IN SGD/ME 01/2019, Art. 12, §2º, INCISO I)

3.5.1. Visando garantir maior competitividade, conforme previsão do art. 12 §2o, II da IN SGD/ME no 1/2019, será permitida a participação de consórcio, nos termos do Art. 33 da Lei 8.666/1993 e do Art. 42 do Decreto no 10.024/2019.

3.5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto do objeto licitatório.

3.6. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

3.6.1. Prover os meios de comunicação de dados através da RNP necessários ao funcionamento dos serviços utilizados pelo CENSIPAM, tanto pelo CCG como pelos Centros Regionais de Belém e Porto Velho.

3.6.2. Manter a recepção dos dados de satélites em tempo real, à medida que são gerados pela antena SAR.

3.6.3. Atender ao acordo de cooperação firmado entre o Censipam e a RNP.

3.7. SERVIÇO CONTINUADO (LEI Nº 8.666/1993, ART 57, INCISO II):

3.7.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.7.2. Estes serviços são de natureza continuada, tendo em vista tratar-se de serviço auxiliar necessário ao CENSIPAM para o desempenho de suas atribuições no que tange a garantir continuidade perene da perfeita transmissão de dados e monitoramento do funcionamento da antena satelital de Manaus - AM, assim como cumprir a demanda necessária para o desenvolvimento das atividades do CR-MN.

3.7.3. A eventual interrupção do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades do CENSIPAM, motivo pelo qual a contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro.

3.7.4. Essa conexão é necessária para atender o contrato 47/2022 do CENSIPAM com a RNP que tem o prazo de 60 meses.

#### 3.8. **SERVIÇO DE NATUREZA COMUM (IN. 04/2014, Art. 25, PARÁGRAFO ÚNICO)**

3.8.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na modalidade de pregão na forma eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, nos termos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, tendo suas características objetivamente definidas por padrões de desempenho e qualidade usuais praticadas no mercado.

3.8.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art. 3 do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.8.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)**

##### 4.1. **Requisitos de Negócio**

4.1.1. Interligar o CENSIPAM CR-MN ao backbone da RNP PoP-AM (UFAM), por meio de enlace de alta capacidade.

4.1.2. Manter o parque tecnológico em nível adequado de recursos.

4.1.3. Potencializar a aplicação das políticas públicas elaboradas para a região amazônica.

4.1.4. Permitir a transferência das imagens obtidas pela Antena SAR do CENSIPAM para o CCG e demais Centros Regionais de Belém e Porto Velho.

##### 4.2. **Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Não se aplica

##### 4.3. **Requisitos legais**

4.3.1. Lei no 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.3.2. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.3.3. Decreto no 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4.3.4. Instrução Normativa SGD/SEDGGD/ME no 1, de 4 de abril de 2019 - dispõe sobre o processo de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

4.3.5. Instrução Normativa SLTI nº 05/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.6. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela união.

4.3.7. Instrução Normativa no 40, de 22 de maio de 2020 - dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP -para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.5.3.6 Plano Estratégico Institucional do CENSIPAM (PEI CENSIPAM 2022-2024).

4.3.8. Plano Anual de Contratações do CENSIPAM 2023

4.3.9. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2020/2023 - CENSIPAM.

4.3.10. Plano de Trabalho Anual - PTA, de 2023.

##### 4.4. **Requisitos de manutenção**

4.4.1. A Contratada deverá realizar as manutenções corretivas necessárias para garantir a continuidade de fornecimento da solução em caso de falhas, conforme nível de acordo de serviços estabelecido no Termo de Referência.

##### 4.5. **Requisitos temporais**

4.5.1. As soluções e todos os seus elementos deverão ser instalados, configurados e funcionais no prazo estimado de 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

4.5.2. A reunião inicial será realizada no prazo estabelecido no subitem 6.1.1.1.

4.5.3. Os prazos da avença estão previstos no cronograma de execução constante da Tabela 8 e Tabela 17, subitem 6.1.5 e deste Termo.

##### 4.6. **Requisitos de segurança**

4.6.1. Deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

##### 4.7. **Requisitos de sustentabilidade**

4.7.1. No caso de eventual fornecimento de equipamentos para a prestação do serviço:

- Os equipamentos fornecidos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- Emitir autodeclaração de que os equipamentos utilizados não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- Na parte externa das embalagens dos equipamentos, deverá haver a indicação de que o material utilizado na sua composição é reciclável.

##### 4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Os requisitos técnicos constantes no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA devem ser integralmente observados.

4.8.2. A solução deverá consistir de circuito de dados de alta velocidade dedicada e simétrica de no mínimo 1.000 Mbps de download e upload, devendo:

- Possuir garantia da banda Contratada, dedicada e simétrica (download/upload) de 100% da velocidade Contratada, em enlace único, não sendo aceita a agregação de múltiplos links para garantir a velocidade contratada.
- Possuir disponibilidade mensal mínima de 99,50%.
- Possuir latência igual ou inferior a 100ms.
- Apresentar perda de pacotes menor ou igual a 5%.
- Ser livre de franquia de dados.
- Possuir sistema de gerenciamento remoto.
- Não será permitido a aplicação de filtro ou proxy sobre o tráfego de dados (originado ou destinado) no link contratado.

4.8.3. Em função das velocidades de transmissão envolvidas, a solução deverá utilizar a fibra ótica do tipo monomodo e deverá disponibilizar a conexão pelas seguintes formas:

- Interface física GBIC LC, e implementando protocolo de enlace (Camada Nível 02 do Modelo de Referência OSI) padrão IEEE 1000BASE-LX (Ethernet 802.3);
- Ponto A: Censipam CR-MN - Interface física GBIC LC, e implementando protocolo de enlace (Camada Nível 02 do Modelo de Referência OSI) padrão IEEE 1000BASE-LX (Ethernet 802.3);
- Ponto B: RNP Pop-AM UFAM - Porta UTP de 1Gbps, caso em que a Contratada deverá fornecer conversor de sinal ótico para o padrão Ethernet 1000BASE-T;

4.8.4. Ressalta-se que é padrão de mercado o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para a implantação e operação do serviço de link de dados, sem custos adicionais ao CONTRATANTE. Portanto, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custos adicionais, toda a infraestrutura (cabos óticos, posteamento — se necessário, etc.) e equipamentos necessários, devidamente instalados, ao perfeito funcionamento da solução.

4.8.5. O acesso deverá ser provido em regime integral (24 x 7) com a velocidade e a taxa de disponibilidade contratadas, sem interrupção da comunicação ou redução de velocidades por qualquer motivo.

4.8.6. Todos os equipamentos devem ser fornecidos em regime de comodato.

#### 4.9. **Requisitos de projeto e de implementação**

4.9.1. Não há novos processos que envolvam desenvolvimento de softwares, de técnicas ou de gestão específicos ao seu funcionamento.

#### 4.10. **Requisitos de implantação**

4.10.1. Os requisitos de projeto devem seguir o que estiver disposto no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

#### 4.11. **Requisitos de garantia e manutenção**

4.11.1. Durante o período de vigência do contrato, as atualizações de hardware e software que compõem as soluções, contemplando correções, melhorias ou novas funcionalidades deverão ser disponibilizadas ao CONTRATANTE para que sejam providenciados os procedimentos necessários à sua homologação;

4.11.2. Todos os serviços de manutenção são de inteira responsabilidade da CONTRATADA e devem ser efetuados desde o início até o final do contrato, bem como a forma de comunicação entre as partes, conforme especificações constantes no APÊNDICE I- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

4.11.3. Em se tratando de manutenção programada, esta deve ser previamente comunicada e autorizada pelo CENSIPAM.

4.11.4. A garantia deverá seguir os padrões definidos neste Termo de Referência

#### 4.12. **Requisitos de Comunicação**

4.12.1. A Contratada deverá disponibilizar um profissional responsável pelo relacionamento com o CENSIPAM, definindo as formas de integração das equipes.

4.12.2. A Contratada deverá disponibilizar meio de acesso para abertura de chamados em garantia que utilize mecanismos formais de comunicação, tais como: e-mail, site ou central de atendimento.

#### 4.12.3. **Requisitos de capacitação**

4.12.3.1. Não se aplica, pois não haverá necessidade de treinamento.

#### 4.13. **Requisitos de experiência profissional**

4.13.1. Não se aplica

#### 4.14. **Requisitos de formação de profissional da equipe**

4.14.1. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento técnico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

#### 4.15. **Requisitos de metodologia de trabalho**

4.15.1. A metodologia a ser executada na execução do objeto pretendido deverá observar o disposto neste Termo de Referência

#### 4.16. **Requisitos de segurança da informação**

4.16.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do CENSIPAM.

4.16.2. Para tanto, quando da assinatura do contrato, a Contratada deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso.

4.16.3. Os requisitos de segurança a serem observados nas aplicações em desenvolvimento e em manutenção deverão observar as políticas, os padrões, as arquiteturas, os métodos, as técnicas, formatações e as regras de negócio previamente estabelecidas pela POSIC (Política de Segurança da Informação) do CENSIPAM. Também se aplicam a esse caso as leis, normas e regras de caráter geral definidas pelos órgãos governantes superiores e aplicáveis no âmbito do Ministério da Defesa.

#### 4.17. **Outros Requisitos Aplicáveis**

4.17.0.1. Não há outros requisitos aplicáveis a esta contratação.

### 5. **RESPONSABILIDADES (IN SGD/ME 01/2019, ART. 17)**

#### 5.1. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO I)**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

- 5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

**5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO II)**

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 18)**

**6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO I)**

**6.1.1. Reunião Inicial**

6.1.1.1. Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato deverá se dar a realização de reunião inicial a ser realizada na sede do CENSIPAM - Centro Regional de Manaus situado na Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, Manaus/AM, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da Contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

- apresentação, em duas vias, da cópia do contrato assinada;
- apresentação, em duas vias, do plano de entrega dos equipamentos, locais de instalação e necessidades específicas de armazenamento, no que couber;
- apresentação, em duas vias, do documento de apresentação do preposto da mesma;
- entrega, em duas vias, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme Art. 18, inciso V d IN 01/2019-SGD/ME;
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- a disponibilização de infraestrutura à Contratada, se couber; e
- a disponibilização de cópia da POSIC CENSIPAM à Contratada.

6.1.1.2. O modelo de apresentação do preposto se encontra no APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

6.1.1.3. O modelo de solicitação de cadastro do preposto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI se encontra no APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SEI.

6.1.1.4. O modelo dos termos de ciência e de compromisso se encontram no APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.

**6.1.2. Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

6.1.2.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei no 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

6.1.2.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD no 01/2019 e suas alterações.

6.1.2.3. Caberá à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, e comunicá-las ao seu superior hierárquico.

6.1.2.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.2.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus apêndices, bem como em contrato e na proposta comercial.

6.1.2.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao Contratante reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.1.2.7. A CONTRATADA deverá fornecer serviço de instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos para o correto funcionamento do circuito de comunicação nos termos neste Termo de Referência.

6.1.2.8. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços.

6.1.2.9. A disponibilização dos circuitos será considerada concluída, para efeito de início e cobrança dos serviços de conectividade após a emissão do termo circunstanciado referente a instalação, configuração, testes e documentação de cada circuito, a data efetiva de ativação do circuito de dados para efeito de início formal da execução e cobrança dos serviços de conectividade.

6.1.2.10. A CONTRATADA fica obrigada a executar todos os serviços, de acordo com o edital e sua proposta.

- 6.1.2.11. Mensalmente, a execução dos serviços será avaliada por meio da verificação da qualidade pactuada em contrato, dos IMRs (Instrumento de Medição de Resultado) apurados conforme definido na seção 7.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS, e análise do relatório mensal de disponibilidade do circuito fornecido pela CONTRATADA ou emitido por sistema web de monitoramento.
- 6.1.2.12. O Gestor do Contrato deverá então, solicitar a CONTRATADA a emissão da Fatura para pagamento pelo CENSIPAM descontadas as eventuais glosas apuradas sobre o valor da fatura mensal.
- 6.1.2.13. O recebimento se dará por meio de lavração de Termo circunstanciado pelo Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo e encaminhado ao Gestor do Contrato.
- 6.1.2.14. Não haverá o recebimento provisório em função da dispensa prevista no Art. no 74 da Lei 8.666/1993.
- 6.1.2.15. No caso de eventual fornecimento de equipamentos para a prestação do serviço:
  - A CONTRATADA deverá fornecer serviço de instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos para o correto funcionamento dos circuitos de comunicação nos termos desse Termo de Referência.
  - Os equipamentos fornecidos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
  - Emitir autodeclaração de que os equipamentos utilizados não contem substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
  - Na parte externa das embalagens dos equipamentos, deverá haver a indicação de que o material utilizado na sua composição é reciclável.
- 6.1.2.16. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços.
- 6.1.3. Da prestação dos serviços de assistência técnica
- 6.1.3.1. Os serviços de garantia deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, em regime 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) online ou, se necessário, na localidade de entrega dos bens e da prestação de serviços relacionadas no item 2 bem como seus subitens.
- 6.1.3.2. A manutenção dos equipamento se dará pela Contratada seja preventivamente ou por demanda na localidade de entrega do equipamento devendo ambas serem comunicadas ao Gestor do Contrato para efeito de liberação dos técnicos da contratada na unidade do CENSIPAM.
- 6.1.3.3. Os serviços deverão ser prestados por profissionais com experiência e de acordo com as normas de segurança. Todos os serviços executados pelos funcionários da Contratada deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste instrumento e, ainda, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica e legislações aplicáveis, estando sujeitos às normas emanadas pela Contratante.
- 6.1.3.4. A assistência técnica será realizada conforme definições constantes no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
- 6.1.3.5. O não atendimento dos prazos definidos no item 7.3 ensejará a aplicação de sanções e multas, conforme o ITEM 7.4. - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019. Art. 19, INCISO III E IV), neste Termo de Referência.

6.1.4. Papeis e Responsabilidades dos Atores:

Tabela 7 - Papeis e Responsabilidades dos Atores.

Papeis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato	Providenciar reunião inicial com a Contratada Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da Contratada Encaminhar pedidos de sanções Acompanhar o recebimento de equipamentos da Contratada Autorizar emissão de notas fiscais Gerir o contrato Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços Gerir pagamentos Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos Encaminhar eventuais comunicações à Contratada por intermédio do preposto Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual Observar as normas internas do CENSIPAM para execução da gestão contratual
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação ou da Área de Inteligência, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato	Providenciar, mensalmente, o Termo Circunstanciado de recebimento dos serviços mensais Confecção e abertura de chamados à Contratada Acompanhar o eventual fornecimento de equipamentos da Contratada e a prestação dos serviços Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato Avaliar a qualidade dos serviços prestados
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional	Confecção e assinatura das eventuais Ordens de Serviço, para fins de encaminhamento formal à Contratada Acompanhar o fornecimento de equipamentos da Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Produzir pareceres sobre a execução do contrato Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos	Verificar aderência aos termos contratuais Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre Contratante e Contratada, com capacidade técnica e operacional para recebimento de notificações e a apresentação de documentos	Supervisionar a prestação dos serviços Supervisionar o fornecimento de equipamentos da Contratada Realizar reuniões periódicas com a Contratante Elaborar e encaminhar os relatórios de serviços executados Representar a Contratada no acompanhamento da execução do Contrato Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil Acompanhamento e realização do contrato Providenciar a emissão das faturas para pagamento Emissão de relatórios de execução dos serviços de manutenção

6.1.5. Cronograma Estimado de Execução:

Tabela 8 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	Responsável
0	Assinatura do Contrato	----	0	--	Contratante / Contratada
1	Reunião Inicial	0	10	Dias úteis	Contratante / Contratada
2	Recebimento da cópia assinada do contrato	0	10	Dias úteis	Contratada
3	Apresentação de documentação exigida à Contratada e a Contratante	0	10	Dias úteis	Contratante / Contratada
4	Fornecimento dos equipamentos, instalação e configuração dos links de internet, além da apresentação de documentação ao CRMN referente aos circuitos de instalação	0	30	Dias corridos	Contratada
5	Realização de avaliações e testes de aceitação	4	10	Dias úteis	Equipe de Fiscalização do Contrato
6	Início efetivo da execução e cobrança dos serviços	5	1	Dia útil	
<b>Mensalmente</b>					
7	Entrega ao Gestor do Contrato do relatório mensal	6	1	Dia útil	Contratada
8	Realizar avaliações do serviço prestado no período mensal de apuração, medição dos IMRs, Avaliação do relatório mensal da Contratada, apuração de eventuais glosas e multas	7	3	Dias úteis	Equipe de Fiscalização do Contrato
9	Solicitação da emissão da fatura mensal pela Contratada	8	1	Dia útil	Gestor do Contrato
10	Entrega da fatura	9	10	Dias corridos	Contratada
11	Verificar Regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	10	2	Dias úteis	Fiscal Administrativo
12	Pagamento da fatura mensal	11	5	Dias úteis	Contratante
<b>Ao final do Contrato (*)</b>					
13	Emitir Termo de Encerramento Contratual	0	12 a 60 dependendo da duração do contrato	meses	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor, Contratada

(\*) - O contrato pode ser renovado até 60 meses

**6.1.6. Da Garantia de execução contratual**

6.1.6.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

6.1.6.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6.1.6.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

6.1.6.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.1.6.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.1.6.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

6.1.6.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

6.1.6.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.1.6.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.1.6.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

6.1.6.6. Será considerada extinta a garantia:

6.1.6.6.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.1.6.6.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.1.6.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.1.6.8. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo e no Contrato.

**6.1.7. Local de Entrega**

6.1.7.1. Conforme locais definidos no item 2.3.6

**6.1.8. Documentação mínima exigida - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, inciso I, alínea "b")**

6.1.8.1. No momento da implantação do serviço, e como condicionante para dar início aos pagamentos, a contratada deverá apresentar a documentação "As Built", que deverá conter no mínimo:

- Diagramas físicos e lógicos da instalação realizada.

6.1.8.2. Os relatórios mensais periódicos de disponibilidade serão apresentados sob formato eletrônico.

**6.1.9. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento, e finalização do contrato - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 35)**

6.1.9.1. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar, no que couber:

- a existência de eventuais pendências ao encerramento do contrato
- a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- a devolução de recursos, se assim for necessário;
- outras que se apliquem.

6.1.9.2. O Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do término do contrato, a respectiva documentação para o aditamento.



6.1.9.3. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual conforme modelo do APÊNDICE V - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

6.2. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO II)

Tabela 9 - Quantidade mínima de bens ou serviços

ID	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	26476	Serviço de conexão dedicada ponto a ponto via fibra ótica na velocidade de 1.000 Mbps, com redundância automática, com fornecimento de equipamentos sob regime de comodato e gerência proativa para o Centro Regional de Manaus do Sistema Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), afim de conectar este Centro Regional de Manaus, situado na Avenida do Turismo, 1350, Tarumã ao Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas PoP-AM/RNP localizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Avenida General Octávio Hamilton Botelho Mourão 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM.	Mbps	1.000

6.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO III)

- 6.3.1. Conforme disposto no APÊNDICE I - Especificações Técnicas
- 6.3.2. Todas as documentações e comunicações geradas na gestão do contrato devem obrigatoriamente ser apensadas no processo.

6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO V)

- 6.4.1. Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.4.2. A Contratada e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir aos seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na entrega dos bens e na prestação dos serviços, sem prejuízo das obrigações constantes deste Termo de Referência:
- 6.4.3. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CENSIPAM ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 6.4.4. A contratada deverá cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do CENSIPAM.
- 6.4.5. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CENSIPAM.
- 6.4.6. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.
- 6.4.7. Assinar o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência, previstos no APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19)
- 7.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19, INCISO I)
- 7.1.1. São definidas as seguintes etapas de avaliação da execução:

Tabela 10 - Metodologia de avaliação das etapas de execução

Etapas	Avaliação	Índice de referência
Implantação do circuito e prestação dos serviços	Especificações técnicas	100% de aderência dos serviços, equipamentos e documentação fornecida as especificações técnicas
		100% de aderência aos prazos de entrega dos equipamentos e serviços
	Execução do primeiro acesso ao sistema de monitoração de tráfego, com visualização de dados reais	100% de efetividade na execução dos testes e apresentação dos dados
		Emissão do termo circunstanciado referente a instalação, configuração, testes e documentação do circuito
	Execução de testes de conectividade	100% de atendimento aos parâmetros técnicos estabelecidos nos níveis de serviço
		Emissão do termo circunstanciado referente a instalação, configuração, testes e documentação do circuito
	Situação dos equipamentos	100% dos equipamentos recebidos novos, instalados e em condições perfeitas de uso
		A oferta de bens de informática e/ou automação devem vir acompanhadas de documentação, observando o disposto deste Termo.
	Relatórios dos fiscais setoriais (no que couber)	99,5% de disponibilidade Sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção Sem conclusão de chamados fora dos períodos de atendimento pactuados
	Prestação dos serviços mensais	100% de execução sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção Os serviços serão avaliados e fiscalizados mensalmente, mediante a aplicação dos Índices de Medições de Resultado apensados no 7.4 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS, no que couber, considerando a qualidade dos bens e serviços fornecidos, no que couber, considerando a qualidade dos bens e serviços fornecidos

- 7.1.2. Serão descontados do prazo contratual de execução, os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Contratante, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou força maior.

- 7.1.3. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelo Fiscais e Gestor do Contrato.
- 7.1.4. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Coordenação de Licitações e Contratos, que adotará as medidas cabíveis.
- 7.1.5. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação dos equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, o licitante vencedor estará sujeito às sanções administrativas previstas.
- 7.2. **Procedimentos de Teste e Inspeção – (IN. 01/2019, art. 19, Inciso II)**
- 7.2.1. As inspeções ocorrerão por meio dos seguintes mecanismos:

• definições contidas na seção 6 - *MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO*.

• definições contidas nesta seção 7 - *MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO*.

• especificações contidas no *APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS*.
- 7.2.2. **Mecanismos de Implantação e Acompanhamento dos indicadores Estabelecidos**

• Conforme definido na seção 7.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS.

• Conforme definições contidas na seção 6 - *MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO*.

• Conforme definições contidas nesta seção 7 - *MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO*.
- 7.2.3. **Listas de Verificação de Roteiros / Roteiros de Testes**
- 7.2.3.1. A verificação e testes para recebimento, execução e estão do contrato se dará de acordo com:

• definições contidas na seção 6 - *MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO*.

• definições contidas nesta seção 7 - *MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO*.

• especificações contidas no *APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS*.
- 7.3. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - (IN. 01/2019. Art. 19, Inciso I)**
- 7.3.1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) consiste nos indicadores **IPIA** (Indicador de Prazo de Início de Atendimento), **ICRDP** (Indicador de Chamados Resolvidos Dentro do Prazo) e **IDSL** (Indicador de Disponibilidade do Serviço de Links), definidos nos subitens abaixo.
- 7.3.2. A Tabela 11 abaixo define o indicador para o prazo de início de atendimento de chamados.

Tabela 11 - IPIA – Indicador de Prazo de Início de Atendimento

Tópico	Descrição
Finalidade	Define níveis de serviço para o início do atendimento dos chamados e demandas encaminhadas para manutenção para a Contratada. O início do atendimento de uma solicitação ou demanda é contabilizado a partir do seu recebimento pela Contratada, responsável por executar o serviço demandado
Meta a cumprir	IPIA >= 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPIA = (TCP / TC) \times 100$ onde: TCP - Total de chamados/manutenções iniciados dentro do prazo no período considerado, observando os níveis de severidade definidos na Tabela 14 - Níveis de Severidade TC - Total de chamados/manutenções realizados no período considerado
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo Gestor do Contrato
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $80\% \leq IPIA < 90\%$ ; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal Para: $60\% \leq IPIA < 80\%$ ; aplicar-se-á glosa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal Para: $50\% \leq IPIA < 60\%$ ; aplicar-se-á glosa de 3% (três por cento) do valor da fatura mensal Para: $IPIA < 50\%$ ; aplicar-se-á glosa de 4% (quatro por cento) do valor da fatura mensal

- 7.3.3. A Tabela 12 abaixo define o Indicador de Chamado Resolvido Dentro do Prazo.

Tabela 12 - ICRDP – Indicador de Chamado Resolvido Dentro do Prazo

Tópico	Descrição
Finalidade	Define o percentual de chamados que devem ser resolvidos dentro do prazo estabelecido
Meta a cumprir	ICRDP >= 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$ICRDP = TCR / TCA \times 100$ onde: TCR - Total de chamados/manutenções resolvidos dentro do período mensal de apuração TCA - Total de chamados/manutenções abertos
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo Gestor do Contrato
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $80\% \leq ICRDP < 90\%$ ; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal

	Para: $60\% \leq \text{ICRDP} < 80\%$ ; aplicar-se-á glosa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal Para: $50\% \leq \text{ICRDP} < 60\%$ ; aplicar-se-á glosa de 3% (três por cento) do valor da fatura mensal Para: $\text{ICRDP} < 50\%$ ; aplicar-se-á glosa de 4% (quatro por cento) do valor da fatura mensal
--	---

7.3.4. A Tabela 13 abaixo define o Indicador de Disponibilidade do Serviço de Links.

Tabela 13 - IDSL – Indicador de Disponibilidade do Serviço de Links

Tópico	Descrição
<b>Finalidade</b>	Este indicador será aplicado para medir o nível mínimo de disponibilidade dos links quando estiverem em operação
<b>Meta a cumprir</b>	$\text{IDSL} \geq 99,5\%$
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório de disponibilidade emitido pela CONTRATADA.
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	$\text{II} = (\text{HIP} - \text{HIT}) / (\text{HTP} - \text{HMP}) \times 100$ onde: II – Índice de Indisponibilidade HIP – Horas Indisponíveis no Mês; HIT – Horas Indisponíveis Causadas por Terceiros; HTP – Horas Totais no Período = Dias do Mês x 24; HMP – Horas de Manutenção Preventivas (*); * HMP – Horas de Manutenção Preventivas – São períodos de manutenção programada autorizadas pelo Contratante. $\text{IDSL} = 100 - \text{II}$ onde: IDE = Índice de Disponibilidade dos links; II – Índice de Indisponibilidade
<b>Início de Vigência</b>	A partir da data de assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	Para: $80\% \leq \text{IDSL} < 99,5\%$ ; aplicar-se-á glosa de 5% (cinco por cento) do valor da fatura mensal Para: $60\% \leq \text{IDSL} < 80\%$ ; aplicar-se-á glosa de 10% (dez por cento) do valor da fatura mensal Para: $50\% \leq \text{IDSL} < 60\%$ ; aplicar-se-á glosa de 15% (quinze por cento) do valor da fatura mensal Para: $\text{IDSL} < 50\%$ ; aplicar-se-á glosa de 20% (vinte por cento) do valor da fatura mensal

7.3.5. A Tabela 14 abaixo define os graus de severidade na avaliação das sanções aplicadas.

Tabela 14 - Níveis de Severidade

Nível de Criticidade	Descrição	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de restauração de serviço
<b>Urgente</b>	Serviço parado ou inoperante, com grande impacto nas operações críticas de negócio. Parte substancial dos dados essenciais corre risco de perda ou corrupção. Operações relacionadas ao negócio foram afetadas, falha que compromete a integridade geral do sistema ou dos dados	Em até 01 hora um técnico da Contratada entra em contato	Restabelecimento da solução em até 4h
<b>Alta</b>	Alto impacto no ambiente de produção ou grande restrição de funcionalidade. As operações podem continuar de forma limitada, embora a produtividade a longo prazo possa ser afetada negativamente	Em até 02 horas um técnico da Contratada entra em contato no mesmo dia ou no próximo dia útil comercial	Restabelecimento da solução em até 4h
<b>Média</b>	O defeito não gera impacto ao negócio. Exemplo: Ocorreu um erro que causou impacto negativo limitado nas operações	Em até 12 horas um técnico da Contratada entra em contato. No mesmo dia ou no próximo dia útil comercial	Restabelecimento da solução em até 24h
<b>Baixa</b>	O problema é pequeno e não afeta as operações do CENSIPAM negativamente	Em até 24 horas um técnico da Contratada entra em contato. No mesmo dia ou no próximo dia útil comercial	Restabelecimento da solução em até 72h

7.4. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019. Art. 19, INCISO III E IV)**

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou

- d) cometer fraude fiscal.
- 7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 7.4.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 7.4.2.2. **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 15 e 16**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.4.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e por todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.
- 7.4.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 7.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.4.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 7.4.4. As sanções previstas nos subitens “7.4.2.1”, “7.4.2.3”, “7.4.2.5” e “7.4.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.4.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **tabelas 15 e 16**:

Tabela 15 - Graus de Infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 16 - Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus apêndices não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 7.4.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 7.4.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.4.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.4.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.4.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.4.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.4.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 7.4.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.4.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.4.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da

empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. **Do Pagamento - (IN. 01/2019, Art. 19, inciso V)**

7.5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, pela Fiscalização Contratual

7.5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, pela Fiscalização Contratual, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do Art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8. **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 20)**

8.1. Conforme o Art. 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, devido a uma variação alta de preços propostos pelos fornecedores na pesquisa de preços, então o que procura-se é pleitear que os licitantes apresentem as propostas conforme as suas condições e não com base no orçamento estimado apresentado pela administração.

8.2. O valor estimado foi obtido a partir de realização de pesquisa de preços realizada observando parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 5 de 27 de Junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3 de 20 de Abril de 2017, Art. 2º, inciso I e IV, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da contratação, o mesmo consta no documento Análise Crítica de Preços (6584179) apensado ao processo, indicando a respectiva metodologia adotada, nos termos da IN SLTI/MP nº 5/2014.

8.3. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.

9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 21)**

9.1. **Adequação Orçamentária - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 21, inciso I)**

9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- **Programa:** 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- **Ação Orçamentária:** 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- **Fonte:** 1000 - Recursos Livres da União;
- **Plano Orçamentário:** 0004 – Telecomunicação, tecnologia da informação, sensores e inovação tecnológica;
- **Programa de Trabalho(PTRES):** 168629;
- **Código do Sistema PTA/2023:** 311/23 – Link Ponto-a-Ponto para conexão PoP-AM para acesso a RNP (CR/MN).

9.2. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 21, INCISO II)**

9.2.1. Início da execução em até 30 dias da assinatura do contrato;

9.2.2. Será desembolsado o valor mensal definido, descontadas eventuais glosas resultantes de descumprimento de itens do Instrumento de Medição de Resultados definidos no item 7.4.

Tabela 17 - Cronograma de Execução

Etapa	Prazo	% de desembolso (estimado) 2023	% de desembolso (estimado) 2024
Prover conectividade conforme o objeto contratado.	30 dias da assinatura do contrato	30%	70%

10. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11. **DO REAJUSTE DE PREÇOS – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 24)**

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) normatizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 23)**

**12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

12.1.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global em razão de a liquidação de despesas não envolver a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do Art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

12.1.2. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

12.1.3. Descarta-se a o regime de empreitada por preço unitário pelo fato de o pagamento não se dar em função da quantidade a ser contratada (medida em termos de largura de banda disponível), uma vez que o fornecimento parcial (isto é, velocidade menor que a pretendida, e/ou em períodos interrompidos) não atende às necessidades do Censipam, estando sujeito às penalidades indicadas no item 7.4 deste Termo de Referência.

12.1.4. O tipo e critério de julgamento da licitação é o de menor preço global do item para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.1.5. De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço global do único item.

**12.2. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação - (IN SGD/ME 01/2019 Art. 23, inciso IV)**

12.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.2.3. A Empresa a ser Contratada deverá estar em regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF ou no caso do licitante que não esteja cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 2010 deverá apresentar documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação econômica-financeira, e ainda comprovar Qualificação Técnica-Operacional, mediante apresentação de certificado de que detém experiência prévia e capacidade na execução de serviço similar ao objeto pretendido em no mínimo 50% da velocidade prevista para os itens do objeto pretendido.

12.2.4. A necessidade de exigir um mínimo de capacidade implantada é justamente garantir que empresas de capacidade técnica reconhecidas que pretendam participar do certame em tela, atendam o edital e para isto solicitamos a comprovação de entrega de links de natureza compatível com o objeto em questão deste certame.

12.2.5. Cumpre enfatizar ainda que de acordo com o Tribunal de Contas da União (acórdão 433/2018 - Plenário), a exigência editalícia de qualificação técnica específica ao objeto, desde que tecnicamente justificada, é admitida como medida acautelatória adotada pela administração, pois visa assegurar o cumprimento da obrigação assumida, não constituindo, por si só, restrição indevida. Além disso, referido tribunal somente veda a fixação de quantitativo mínimo nos editais superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretender contratar (Acórdão nº 827/2014 - Plenário, nº 1052/2012 - Plenário e nº 737/2012 - Plenário), sendo que neste caso, foi exigido 50%.

12.2.6. O Proponente deverá apresentar o TERMO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA ou a DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA sob pena de desclassificação do certame.

**12.3. Da Vistoria**

12.3.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria facultativa nas instalações dos locais de execução dos serviços, mediante agendamento e acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme abaixo:

12.3.1.1. No CENSIPAM, localizado na Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP 69041-010 – Manaus – AM, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (92) 3303-4440 / (92) 98123-1423 - Ailton Cortez, (92) 3303-6450 - Renata Mota ou (92) 3303-6444 - Ricardo Gorayeb.

12.3.1.2. No Ponto de Presença da Rede Nacional de Pesquisa no Amazonas PoP-AM/RNP, localizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Avenida General Octávio Hamilton Botelho Mourão 6200, Coroado I, Setor Norte, Bloco CTIC, sala PoP-AM/RNP, 69080-900 - Manaus - AM, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (92) 3647-4225 / (92) 99113-6034 - Lindomar Santos.

12.3.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.3.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

12.3.4. A licitante deverá apresentar o TERMO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA, encontrado no encontram no *APÊNDICE VI - MODELO DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA*, assinado pelo servidor responsável.

12.3.5. Caso o licitante opte em não realizar a vistoria, o Termo de Realização da Vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme *APÊNDICE VII - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA*

12.3.6.0. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir todos os ônus dos serviços decorrentes.

12.3.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.3.8. A vistoria não é onerosa, tendo por finalidade permitir a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame *in loco*.

**12.4. Justificativa para tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas**

12.4.1. De acordo com o inciso I do Art 47 da Lei Complementar nº 123/2006 o processo deverá ser destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em função da estimativa de valores anuais no item **8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**.

**13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

13.1. Eventuais alterações contratuais desde que não desvirtuem o objeto contratado, reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei 8.666/93.

**14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**

15.1. Apêndice I - Especificações Técnicas

15.2. Apêndice II - Modelo para fins de Apresentação de Preposto

15.3. Apêndice III - Formulário de Cadastro de Usuário Externo

15.4. Apêndice IV - Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e do Termo de Ciência

15.5. Apêndice V - Modelo de Termo de Encerramento Contratual

15.6. Apêndice VI - Modelo de Termo de Vistoria Técnica

15.7. Apêndice VII - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria

16. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD N° 2554, DE 08 DE MAIO DE 2023 (6259455).

16.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos, de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

17. **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

17.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos, de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

**DESPACHO 1:**

1. Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, em harmonia com o modelo disponibilizado no site do Governo Digital <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v1-0.odt>.
2. Houve especificação detalhada e suficiente do objeto, com elementos técnicos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado.

**AILTON CORTEZ FREITAS DE ALENCAR**

Integrante Requisitante

**RICARDO GORAYEB COSTA**

Integrante Técnico

**INÊS MARTINS DOS ANJOS HADAD**

Integrante Administrativo

**DESPACHO 2:**

1) Aprovo, de acordo com Art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93.

2) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, III e §9º, da Lei 8.666/93 e art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e que a despesa é compatível com os limites e cronogramas definidos nos normativos aplicáveis ao exercício em que se dará a contratação.

3) Encaminhe-se à DITEC para aprovação.

**EDUARDO SHIGERU MITANI**

Ordenador de Despesas

**DESPACHO 3:**

1) **Aprovo**, no uso da competência delegada pela Portaria nº 2157/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 16 de junho de 2020, o presente Termo de Referência em conformidade com o Art. 7º, §2º, I, da Lei 8.666/93.

**RENATA BITAR TIVERON**

Diretora Técnica

Manaus, na data de assinatura.

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Apêndice I - Especificações Técnicas SEI 6614938

APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.  
(local) (data: xx/xx/xxxx)

Ao  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
Comissão Permanente de Licitação  
Processo de Licitação Nº \_\_\_\_\_

Prezado(a) Senhor(a),  
Eu, <NOME>, CPF/Passaporte nº XXXX, em conformidade com os termos do Processo de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. <NOME>, como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação Nº XXXXX, a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a este Processo de Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

\_\_\_\_\_  
Nome completo da Autoridade que assina  
Identificação do LICITANTE  
  
CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ  
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representante Legal junto com este documento <<<<

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-MD

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ( )
Endereço eletrônico (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.
2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:
- I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SEI/MD e os constantes do documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;
- III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao CENSIPAM para qualquer tipo de conferência;
- IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;
- V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SEI.
- VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontra o usuário externo.



11/01/2024, 14:44SEI/MD - 6734015 - TI - Termo de Referência/Projeto Básico TR-PB

VII. A consulta periódica ao SEI-MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;

IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao CENSIPAM, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

• Comprovante de Residência.

• Registro Geral (Identidade).

• CPF.

• Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SEI-MD, disponível em: [https://sei.defesa.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Nome Legível

Assinatura conforme documento com foto Apresentado

APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO
O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas
Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO
Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.
2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA
Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: <i>know-how</i> , técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da

CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### 4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### 5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### 6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### 7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### 8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.



<b>INTRODUÇÃO</b>
< O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declara < No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados
Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO</b>			
CONTRATO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATR.	

<b>2 – CIÊNCIA</b>
--------------------

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	

Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

APÊNDICE V - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

INTRODUÇÃO
O Termo de Encerramento do Contrato encerrará formalmente o pacto contratual entre a Contratante e a Contratada.
Referência: Art. 35 IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº			
GESTOR DO CONTRATO			
CONTRATADA		CNPJ	
DATA DE INÍCIO			
OBJETO			

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO			
Item	Atendido	Não Atendido	
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

< É importante considerar o período de garantia, que pode se estender para além da vigência do contrato. Nestes casos, deve-se verificar quais recursos devem ser mantidos à empresa para que ela preste o serviço de garantia>.

3 – DO ENCERRAMENTO
Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue: O contrato encerra-se por motivo de <motivo>.

11/01/2024, 14:44

SEI/MD - 6734015 - TI - Termo de Referência/Projeto Básico TR-PB

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- b) As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- c) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
- d) <inserir pendências, se houver>.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento para que surta seus efeitos jurídicos.

6 – ASSINATURAS	
<div>CONTRATADA</div> <div>Preposto</div>	<div>CONTRATANTE</div> <div>&lt;Autoridade Competente da Área Administrativa&gt;</div>
<div>&lt;Nome&gt;</div> <div>Matrícula: xxxxxxxxx</div>	<div>&lt;Nome&gt;</div> <div>Matrícula: xxxxxxxxx</div>

Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

APÊNDICE VI - MODELO DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA  
(MODELO)

Certifico sob as penas da lei que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante (preposto), do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número \_\_\_\_\_ visitou as dependências do \_\_\_\_\_, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem a disposição e das condições para a prestação dos serviços.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Representante do CENSIPAM ou Representante da Universidade Federal do Amazonas (conforme o local visitado)

APÊNDICE VII - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA  
TERMO DE DISPENSA DE VISTORIA  
(MODELO)

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, por intermédio do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que me foi dado acesso às dependências do \_\_\_\_\_, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Inês Martins dos Anjos, Integrante Administrativo**, em 29/11/2023, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Gorayeb Costa, Integrante Técnico**, em 29/11/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Cortez Freitas de Alencar, Integrante Requisitante**, em 29/11/2023, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 18/12/2023, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Bitar Tiveron, Diretor(a)**, em 18/12/2023, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6734015** e o código CRC **64DAC544**.